



SOCIEDADE

# País tem 214,2 milhões de pessoas; Brasília, 3 milhões

IBGE aponta alta de 0,37%, entre 2025 e 2026. Capital é a terceira cidade mais populosa do Brasil, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. Natalidade menor, urbanização e envelhecimento explicam desaceleração no ritmo demográfico

» RAFAELA BOMFIM\*

O Brasil chegou a 214.211.951 habitantes em 1º de julho de 2026, mas o aumento da população ocorre em ritmo cada vez menor. Segundo as Estimativas da População, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento foi de 0,37% em relação a 2025, quando a alta havia sido de 0,39%. O resultado reforça uma tendência de desaceleração demográfica observada nas últimas décadas. Desse total, Brasília tem 3.009.996 habitantes, o que a torna a terceira cidade mais populosa do país — aumento de 0,44% em relação à estimativa anterior.

A estimativa é calculada a partir da população dos 5.568 municípios e publicada no “Diário Oficial da União”. Os números são utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na definição dos valores destinados aos municípios e aos estados por meio dos fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). Os dados também servem de referência para indicadores sociais, econômicos e demográficos.

A distribuição da população mostra uma concentração maior na Região Sudeste, com 89 milhões de pessoas — o equivalente a 41,6% dos habitantes do país. O Nordeste aparece em seguida, com 57,4 milhões (26,8%). O Sul soma 31,5 milhões (14,7%), enquanto o Norte tem 18,9 milhões (8,8%). O Centro-Oeste concentra 17,4 milhões — 8,1% da população nacional.

São Paulo continua sendo a unidade da Federação mais populosa: 46.179.008 habitantes, equivalente a 21,6% do total brasileiro. Minas Gerais aparece em segundo, com 21.460.311 pessoas, seguida pelo Rio de Janeiro, com 17.225.410. Na outra ponta estão Roraima, com 761.012 habitantes; Amapá, com 809.953; e Acre, com 887.794.

O comportamento demográfico, porém, não é igual em todo o território. Roraima apresentou o maior crescimento entre os estados, com 3%. Santa Catarina e Mato Grosso tiveram aumento de 1,5% cada. Já Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul registraram as menores taxas. Entre as capitais, Boa Vista teve a maior elevação, de 3,2%.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aumento do número de pessoas em Brasília provocou o avanço demográfico na região que circunda a capital

## Redução

O levantamento também mostra municípios onde a população diminuiu. Salvador teve queda de 0,17%; Natal, de 0,13%; Belém, de 0,08%; e Belo Horizonte, de 0,02% na comparação com as estimativas de 2025. O movimento ocorre enquanto outras cidades continuam recebendo moradores, principalmente áreas localizadas no entorno dos grandes centros urbanos.

Os cinco municípios mais populosos são São Paulo, com 11.911.337 habitantes; Rio de Janeiro, com 6.731.133; Brasília, com 3.009.996; Fortaleza, com 2.582.360; e Salvador, com 2.559.945. Juntos, eles reúnem 26.794.771 pessoas — 12,5% da população.

Ao todo, o país tem 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes. Essas cidades concentram 49.886.420 pessoas, cerca de 20% dos brasileiros. Entre elas, apenas Guarulhos e Campinas, ambas em São Paulo, não são capitais estaduais — possuem, respectivamente, 1.351.284 e 1.189.761 habitantes.

As capitais também concentram parcela significativa da população. As 27 cidades reúnem 49,4

milhões de pessoas, ou 23,1% do total. Palmas, com 333.154 habitantes; Vitória, com 343.935; e Rio Branco, com 390.038, são as capitais menos populosas.

Já as cidades com até 10 mil habitantes representam 44,3% dos municípios, totalizando 2.467 localidades. Apesar da quantidade, concentram apenas 6% da população, cerca de 12,8 milhões de pessoas.

## Transformação

A redução do ritmo de crescimento está relacionada, principalmente, à transformação da estrutura demográfica brasileira. O país passou de um padrão marcado por famílias numerosas para outro, com menos filhos, além de apresentar aumento da população idosa.

A urbanização também influencia esse cenário. Com a concentração da população nas cidades, mudanças no custo de vida, maior permanência na educação, construção de carreira e busca por moradia e outros bens podem contribuir para o adiamento da maternidade e da paternidade.

O histórico populacional ajuda

a dimensionar essa transformação. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil apresentava taxas de crescimento mais elevadas e famílias com maior número de filhos. A partir da urbanização e das mudanças sociais, esse ritmo começou a cair.

A projeção de uma mudança profunda nesse comportamento já havia sido apontada por estudos demográficos realizados na década de 1990. O Censo Demográfico de 2022 também contribuiu para evidenciar essa mudança. Havia então a expectativa de que o Brasil chegasse a cerca de 216 milhões de habitantes, mas o levantamento encontrou aproximadamente 203 milhões. A diferença mostrou que o crescimento populacional estava ocorrendo abaixo das projeções.

A migração é outro elemento que interfere no resultado. A chegada de estrangeiros ajuda a compensar parte da redução provocada pela queda da natalidade. Entre os grupos que passaram a chegar ao país estão venezuelanos, haitianos e pessoas de países africanos, motivados por fatores como mercado de trabalho, idioma e condições de acolhimento.

## Crescimento populacional

O crescimento caiu de 0,39% para 0,37%, entre 2025 e 2026, mantendo a trajetória de desaceleração populacional no país

| ANO  | POPULAÇÃO   | CRESCIMENTO                 |
|------|-------------|-----------------------------|
| 2022 | 203.062.512 | 0,52%*                      |
| 2024 | 212.583.750 | Dado de transição pós-Censo |
| 2025 | 213.421.037 | 0,39%                       |
| 2026 | 214.211.951 | 0,37%                       |

\* Taxa média anual registrada entre, 2010 e 2022, pelo Censo Demográfico. Os dados de 2024 são estimativas de transição pós-Censo.

### UM PAÍS EM NÚMEROS

|                                                            |
|------------------------------------------------------------|
| 214.211.951 habitantes                                     |
| 0,37% de crescimento populacional                          |
| 5.568 municípios considerados na estimativa                |
| 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes           |
| 49,4 milhões vivem nas 27 capitais                         |
| 23,1% da população está nas capitais                       |
| 20% dos brasileiros vivem nos 15 municípios mais populosos |
| 41,6% da população está no Sudeste                         |
| 26,8% está no Nordeste                                     |
| 14,7% está no Sul                                          |
| 8,8% está no Norte                                         |
| 8,1% está no Centro-Oeste                                  |

## Aumento empurra Entorno

Brasília ultrapassou pela primeira vez a marca de 3 milhões de habitantes na estimativa anual. Entre as 27 unidades da Federação, ocupa a 20ª posição em população, atrás de Alagoas, com 3.221.128 pessoas, e à frente de Mato Grosso do Sul, que possui 2.946.317.

O crescimento da capital precisa ser observado também em conjunto com os municípios do entorno. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF) chegou a 4.805.133 habitantes e registrou crescimento de 0,75% entre 2025 e 2026. A área reúne Brasília, 29 municípios de Goiás e quatro de Minas Gerais.

A movimentação mostra que o crescimento não ocorre apenas dentro do território do Distrito Federal. O aumento populacional de cidades próximas à capital está relacionado à expansão urbana e à migração de moradores entre Brasília e os municípios do Entorno.

Esse deslocamento também ocorre em outras regiões do país. Levantamentos do IBGE mostram que municípios-sede de regiões

metropolitanas, como Salvador, Curitiba e Rio de Janeiro, perderam moradores para cidades vizinhas. O fenômeno demonstra que uma eventual redução populacional de uma cidade não significa a diminuição da população de toda a região.

A desaceleração do crescimento traz consequências para as próximas décadas. Com menos crianças e jovens entrando na população e maior número de pessoas idosas, o país terá de lidar com mudanças no mercado de trabalho, na Previdência e na oferta de serviços públicos.

Um dos efeitos é a possibilidade de falta de mão de obra. Ao mesmo tempo, o número de idosos tende a aumentar, ampliando a necessidade de trabalhadores e recursos para sustentar serviços e políticas públicas.

A mudança também pode afetar a economia. A redução da população economicamente ativa pode influenciar a arrecadação de impostos, a produtividade das empresas e a disponibilidade de profissionais em determinados setores. (Rafaela Bomfim)

## MEIO AMBIENTE

# Governo tenta se antecipar ao El Niño

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

A chegada do El Niño alerta para a possibilidade de eventos climáticos extremos, escassez hídrica e incêndios florestais. Durante uma reunião da Sala de Situação do El Niño, com os ministros José Guimarães (Relações Institucionais), Miriam Belchior (Casa Civil) e com representantes de estados e municípios da Região Centro-Oeste, ontem, o governo federal anunciou medidas de prevenção e mitigação para os próximos meses.

De acordo com o governo, a expectativa é de que a temperatura das águas do Oceano Pacífico aumentem 2,7 °C acima da média, com o pico entre setembro e novembro. A projeção indica que o ciclo 2026-2027 do El Niño deverá

superar em 0,5 °C o último biênio 2023-2024, quando a temperatura média chegou a 2,2 °C.

Os impactos, no entanto, devem variar de acordo com o bioma da região. O Centro-Oeste abrange os principais biomas considerados de risco para incêndios: Cerrado, Pantanal e Amazônia. O governo prevê que as regiões sofram possivelmente de escassez hídrica, em especial no norte do Mato Grosso e no norte de Goiás.

A escassez eleva a demanda por irrigação e compromete as áreas de pastagem, aumentando o risco de incêndios florestais. Segundo as informações apresentadas, o período mais crítico deve ocorrer em setembro e outubro.

No entanto, de acordo com a Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

Anna Flávia de Senna Franco, o país adota a estratégia de manejar e controlar incêndios em vegetação. “Desde 2024, temos a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que estabelece regras claras e integra a atuação da União, estados e municípios. Embora o fenômeno climático seja inevitável, 95% dos incêndios são evitáveis, pois decorrem de ação humana. A prevenção começa com a conscientização sobre o não uso do fogo na seca”, avalia Anna Flávia.

Para Jair Schmitt, presidente do Ibama, o novo marco legal do licenciamento ambiental no Brasil se baseia em dois pilares para o combate aos incêndios. “O incêndio florestal não é um problema exclusivo do poder público, mas de toda a sociedade, incluindo a responsabilidade direta do produtor

rural. Abandonamos a lógica ineficiente do ‘fogo zero’ para adotar o Manejo Integrado, baseado na ciência e nos aspectos econômicos e culturais”, observou.

Os centros meteorológicos Inpe/Inmet/Funceme indicam que 23 municípios do Centro-Oeste estão em alerta vermelho e 154 em alerta laranja para incêndios. No entanto, segundo Schmitt, a estrutura de prevenção do país está preparada. “Os resultados da nossa estrutura já aparecem: entre janeiro e agosto de 2026, houve uma redução de 37% na área queimada no Brasil e de 32% no Centro-Oeste, em relação à média histórica. O investimento federal cresceu 138%, superando R\$ 1 bilhão”, observa.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Entre setembro e outubro há um risco maior de haver queimadas